



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 01.612.500/0001-47
Praça Sant'ana, N°242, Centro, Ponto Chique-MG

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 041/2026
INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO N° 007/2026

O **MUNICÍPIO DE PONTO CHIQUE/MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede Administrativa na Praça Santana, n. 242– Centro - Ponto Chique/MG, inscrito no CNPJ sob o N° 01.612.500/0001-47, neste ato representado pelo Prefeito municipal o Senhor Geraldo Magela Flavio Rabelo, por intermédio da sua Comissão de Licitação, devidamente constituída através da Portaria n° 070/2026, comunica aos interessados a abertura do presente edital de **CREDENCIAMENTO** para **CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS, BANDAS, GRUPOS MUSICAIS, DJs E LOCUTOR PARA APRESENTAÇÕES DURANTE OS FESTEJOS TRADICIONAIS E EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA DE PONTO CHIQUE-MG**, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal n° 14.133/2021, aplicáveis ao procedimento.

Os interessados poderão examinar o presente Edital e seus anexos, bem como tomar conhecimento da documentação necessária para sua formalização por meio do endereço eletrônico: <https://www.pontochique.mg.gov.br/site/servicos/0/editais-de-licitacoes.htm>.

SECRETARIA SOLICITANTE:	Secretaria Municipal de Cultura.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO:	Departamento de Licitações, situado na Praça Santana, n. 242– Centro - Ponto Chique/MG, a partir do dia 15 de junho de 2026, as 09:00 (Nove horas).
PRAZO DO CREDENCIAMENTO:	15/06/2026 até 15/06/2027.
ENDEREÇO PARA RETIRADA, CONSULTA AO AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:	Pelo e-mail: licitacaopontochique@gmail.com , site oficial: https://www.pontochique.mg.gov.br/site/servicos/0/editais-de-licitacoes.html , ou na sede da prefeitura Municipal, situada na Praça Santana, n. 242– Centro - Ponto Chique/MG.
ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:	Pelo e-mail: licitacaopontochique@gmail.com , ou na sede da prefeitura Municipal, situada na Praça Santana, n. 242– Centro - Ponto Chique/MG, até o dia o 3º dia que antecede a data da primeira análise de documentação.

OBS: Salvo ressalva expressa, os horários estabelecidos neste Edital observarão o horário de Brasília (DF).

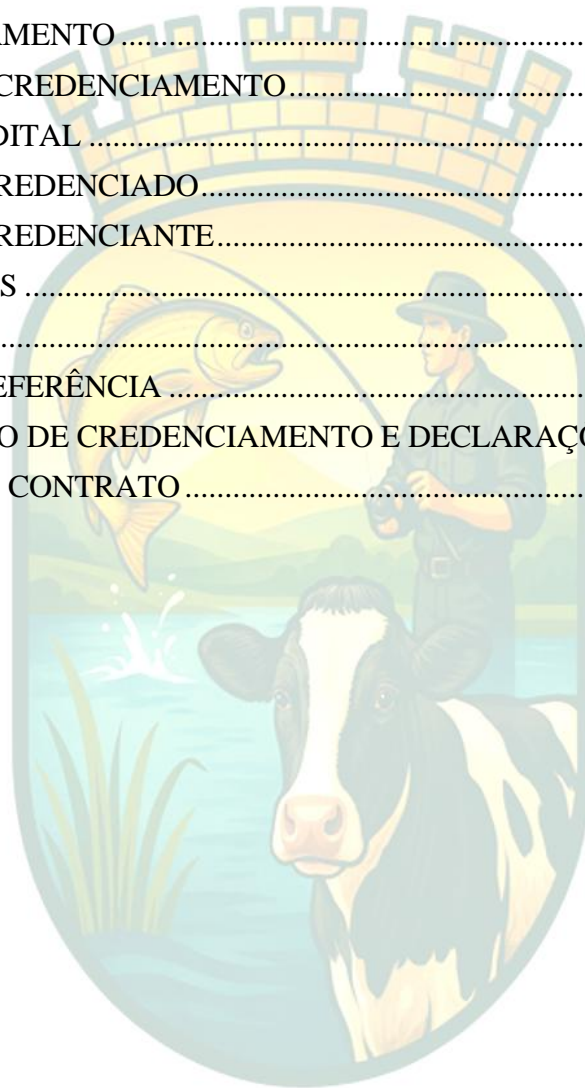
DA RETIRADA DO EDITAL e FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço <https://www.pontochique.mg.gov.br/site/servicos/0/editais-de-licitacoes.html> ou ainda, Praça Santana, n. 242– Centro - Ponto Chique/MG, devendo os interessados trazer um (01) Pen Drive para que o Edital seja fornecido.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

PRIMEIRA ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO ocorrerá no dia 15 de Junho de 2026, às 08:00hs, em sessão pública a ser realizada na sala de licitações da Edital no endereço Praça Santana, n. 242– Centro - Ponto Chique/MG.

SUMÁRIO

DO OBJETO E DA DEFINIÇÃO	3
DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	3
DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO	4
ENTREGA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
DOS RECURSOS	6
DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO	6
DO CONTRATO	6
DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO	6
DAS HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO	7
DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL	8
DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO	8
DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE	8
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	9
ANEXOS DO EDITAL	9
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	10
ANEXO II – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES	19
ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO	20



CRENCIAMENTO N°001/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 041/2026
INEXIGIBILIDADE POR CRENCIAMENTO N° 007/2026

1. PREÂMBULO

Torna-se público para o conhecimento dos interessados que o Município de Ponto Chique/MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede Administrativa na Praça Santana, n. 242– Centro - Ponto Chique/MG, inscrito no CNPJ sob o N° 01.612.500/0001-47, Isento de Inscrição Estadual, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura torna público que realizará licitação na modalidade, está realizando **CHAMAMENTO PÚBLICO**, com utilização do procedimento auxiliar de **CRENCIAMENTO**, com o objetivo de **CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS, BANDAS, GRUPOS MUSICAIS, DJs E LOCUTOR PARA APRESENTAÇÕES DURANTE OS FESTEJOS TRADICIONAIS E EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA DE PONTO CHIQUE-MG** nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da [Lei Federal nº 14.133](#), de 1º de abril de 2021 nos [art. 74 inciso IV](#), [art. 79 inciso I](#) e do Decreto Municipal n° 007/2024, que dispõe sobre a regulamentação do credenciamento.

1.1. É objeto do presente Edital é O **CRENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS, BANDAS, GRUPOS MUSICAIS, DJs E LOCUTOR PARA APRESENTAÇÕES DURANTE OS FESTEJOS TRADICIONAIS E EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA DE PONTO CHIQUE-MG, objetivando o atendimento à população, nas condições estabelecidas neste Edital.**

1.2. Conforme [art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021](#), define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

1.3. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas. E também é previsto no art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

1.4. O credenciamento e a convocação dos **PROFISSIONAIS** ocorrerão conforme a necessidade administrativa, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, enquanto perdurar a situação fática e os motivos que ensejaram a publicação do presente Edital.

1.5. **CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CRENCIADOS.**

1.5.1. Havendo pluralidade de credenciados aptos para o mesmo objeto para o qual se inscreveu, a seleção se dará:

1.5.2. Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda:

- a) Rodízio entre os credenciados;
- b) Compatibilidade com o tema do evento: os estilos musicais e formatos devem ser coerentes com a proposta e o público-alvo da ação cultural;
- c) Disponibilidade de agenda.

1.6. Será permitido o registro permanente de novos interessados, enquanto o Edital de Credenciamento - Chamamento Público permanecer vigente.

1.7. A forma de execução dos serviços, seus quantitativos, valores, prazos etc. estão previstos no Anexo I

– Termo de Referência deste Edital.

2. **DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar do presente processo e serão credenciadas todas as pessoas jurídicas interessadas que comprovarem atender a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 2.2. Os dados informados na Solicitação de Credenciamento são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação exigida no Item 3 deste Edital.
- 2.3. Não será admitida a participação de interessados que, por quaisquer motivos, tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, ou punidos com suspensão pelo Município de Ponto Chique-MG.
- 2.4. Os documentos exigidos deverão apresentados em forma de cópias autenticadas por cartório competente, ou cópias simples, desde que acompanhadas dos respectivos originais para autenticação por membro da Comissão de Licitação, à exceção dos documentos gerados automaticamente pelos Sistemas Previdenciário/Fiscal e Outros.
- 2.5. Os documentos emitidos e/ou extraídos via internet poderão ser novamente impressos e/ou consultados pela Comissão de Licitação para efeito de comprovação de sua autenticidade.
- 2.6. Com exceção os documentos que, por sua natureza, não possuem prazo de validade, os demais documentos deverão ser apresentados dentro da validade neles expressa ou com data de expedição não superior a 03 (três) meses da data da entrega da Solicitação de Credenciamento.
- 2.7. Não serão aceitos documentos entregues fora do local, dias e horários estabelecidos neste Edital.
- 2.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e Anexos, com exceção dos casos expressamente previstos.
- 2.9. É vedada a inscrição de um mesmo artista ou grupo artístico por mais de um proponente

3. **DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO**

- 3.1. Deverá ser entregue junto ao Requerimento de Credenciamento os documentos abaixo indicados, nos quais deverá ser observado o prazo de validade e apresentação através de vias originais ou pela internet.
- 3.2. Em caso de fotocópias, estas deverão estar autenticadas em cartório oficial ou pelo servidor municipal designado.
- 3.3. **RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**
 - 3.3.1 Cédula de identidade de todos os sócios da pessoa jurídica ou do empresário;
 - 3.3.2 Certificado de condição de Microempreendedor Individual, no caso de MEI, ou;
 - 3.3.3 Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;
 - 3.3.4 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e todas as suas alterações, se for caso, devidamente registrados na Junta Comercial, ou contrato social consolidado em vigor, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores, ou;
 - 3.3.5 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
 - 3.3.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, ou;
 - 3.3.7 Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública.

3.3.8 Se a pessoa jurídica se fizer representar por procurador, faz-se necessária a apresentação de cópia da cédula de identidade ou documento equivalente do procurador, bem como da respectiva Procuração (com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para assinar solicitações, declarações, atas, termos, contratos, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame) com firma reconhecida ou por instrumento público.

3.4. **RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

3.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – Cartão do CNPJ/MF;

3.4.2 Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (Dívida Ativa da União e Contribuições Federais);

3.4.3 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

3.4.4 Prova de inscrição no cadastro estadual ou municipal de contribuintes, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

3.4.5 Prova de regularidade perante a fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;

3.4.6 Prova de regularidade perante a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;

3.4.7 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

3.5. **RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

3.5.1 Certidão Negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade ou com data não superior a 03 (três) meses da data de entrega da solicitação de credenciamento.

3.6. **RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

3.6.1 PORTFÓLIO DA ATRAÇÃO (release, clipping, website, blog, fotos, material de imprensa, folder, filipetas de eventos e espetáculos do grupo musical/artista já realizados) para verificação da consistência/pertinência da proposta artística e do grau de inserção no cenário musical, com no máximo 06 (seis) páginas.

3.7 **DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

3.7.1 Solicitação de Credenciamento e Declarações (Anexo II);

4. **ENTREGA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1 A documentação relativa à habilitação deverá vir em envelope lacrado (não grampeado) identificado da seguinte forma:

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE/MG

PROCEDIMENTO LICITATORIO N° 041/2026.

INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO N° 007/2026

CREDENCIAMENTO N°001/2026

CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS, BANDAS, GRUPOS MUSICAIS, DJs E LOCUTOR PARA APRESENTAÇÕES DURANTE OS FESTEJOS TRADICIONAIS E EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA DE PONTO CHIQUE-MG

NOME DO INTERESSADO:

4.2. Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados entregarão, mediante recibo, toda a documentação de habilitação prevista no Item 3.

4.3. A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Comissão de Licitação em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do protocolo de entrega, que será apostado em cópiada Solicitação de Credenciamento e entregue ao interessado.

4.4. A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.

4.5. Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesseem complementar a documentação necessária.

5. DOS RECURSOS

5.1. O interessado não habilitado, nos termos do item 4.4, poderá interpor recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da comunicação da decisão da Comissão de Licitação via correio eletrônico (informado na Solicitação de Credenciamento) e/ou por publicação do Diário Oficial do Prefeitura Municipal de Ponto Chique-MG.

5.2. O recurso deverá ser feito por escrito, assinado, dirigido à Comissão de Licitação e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Ponto Chique-MG, localizado na Praça Santana, n. 242– Centro - Ponto Chique/MG.

5.3. O recurso não terá efeito suspensivo.

6. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

6.1. Após a análise documental, a Comissão de Licitação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementar sempre que novos interessados se credenciarem.

6.2. O processo de análise e o resultado final serão homologados pela autoridade superior.

6.3. Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico (informado na Solicitação de <https://www.pontochique.mg.gov.br/site/servicos/0/editais-de-licitacoes.html> quando então será comunicado a assinar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento.

6.4. A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio do sítio eletrônico <https://www.pontochique.mg.gov.br/site/servicos/0/editais-de-licitacoes.html> e publicada no quadro de Aviso .

6.5. Os interessados que não forem habilitados/credenciados terão sua documentação disponível para ser retirada por até 15 (quinze) dias da divulgação. Havendo interposição de recurso, esse prazo será contado a partir da data de julgamento definitivo do mesmo.

7 DO CONTRATO

7.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais.

7.2. A convocação para a assinatura do Contrato se dará após efetivada a habilitação do interessado, segundo os critérios deste Edital.

7.3. Os serviços deverão ser realizados na sede do Município de Ponto Chique-MG, tanto na zona urbana e rural, segundo os critérios estabelecidos neste Edital e seus anexos.

7.4. A minuta do contrato a ser celebrado consta do Anexo III deste Edital.

8. DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

8.1 Os serviços prestados pelos credenciados serão remunerados de acordo com os valores constantes do Termo de Referência – Anexo I, cuja aceitação deverá ser expressa por meio da Declaração do Anexo II.

8.2 O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores do Anexo I – Termo de Referência.

8.3 O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Ponto Chique-MG., até o 10º dia útil, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo servidor designado, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

8.4 O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal e/ou no ato de credenciamento, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

8.5 Caso o prestador seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

8.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao prestador, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura de Ponto Chique-MG.

8.7 Previamente à data do pagamento, o Departamento de Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do prestador.

8.8 Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à dos serviços são de responsabilidade do prestador, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

8.9 Havendo atraso no pagamento de suas obrigações Prefeitura de Ponto Chique-MG, procederá à atualização financeira diária de seus débitos, por meio da média de índices de preços de abrangência nacional, INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor tendo como base o dia limite para pagamento e como data final o dia anterior ao da emissão da ordem bancária, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

8.10 Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula: $R = V \times I$ Onde:

R = valor da correção procurada;

V = valor inicial do contrato;

I = média aritmética simples do INPC (IBGE) dos últimos 12 (doze) meses.

8.11 Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao prestador, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para Prefeitura de Ponto Chique-MG.

8.12 Em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores, os órgãos e entidades da administração pública municipal direta, ficam obrigados, a efetuar as retenções na fonte do IR conforme regulamentação.

9. DO DESCREDENCIAMENTO

9.1. A Prefeitura de Ponto Chique-MG., poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

9.2. Aqueles que não se apresentarem para a execução da demanda de serviços no prazo de 30 (trinta) dias serão descredenciados.

9.3. O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.4. Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo Credenciado, este estará sujeito às sanções previstas no Edital, seus Anexos e na [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

9.5. Na aplicação das penalidades previstas, serão observadas as normas processuais administrativas previstas pelo Decreto Municipal nº 007/2024.

9.6. Fica assegurado ao Credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pela Comissão de Licitação, que opinará em 05 (cinco) dias úteis e as submeterá a autoridade competente para tomada de decisão.

9.7. Se for conveniente para a Prefeitura de Ponto Chique-MG., poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação da prestação dos serviços objeto deste Edital.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

10.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao presente Edital deverão ser efetuados por email licitacaopontochique@gmail.com a qualquer tempo, antes da data de encerramento do período de credenciamento, endereçados à Comissão de Licitação, ou entregues no Departamento de Licitações, situados na Praça Santana, n. 242– Centro - Ponto Chique/MG, das 7h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00.

10.2. Caberá à Comissão de Licitação analisar e decidir sobre a petição de esclarecimento ou impugnação no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.3. As decisões e/ou respostas serão encaminhadas no e-mail informado pelo interessado no momento do pedido de esclarecimento e/ou impugnação.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

11.1. As obrigações do Credenciado constam do item 8 do Anexo I – Termo de Referência.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

12.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

12.2. Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.

12.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados com o objeto pactuado.

12.4. Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termode Referência.

12.5. Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

12.6. Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada parcela;

12.7. Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

12.8. A Prefeitura de Ponto Chique-MG., através do fiscal, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na [Lei Federal 14.133/2021](#) e no Item 10 do Termo de Referência e demais cominações legais.

12.9. Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no [art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

12.10. Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A simples apresentação, pelo interessado, da documentação exigida no presente certame não induzirá automática celebração do Contrato, sendo está submetida à habilitação prevista no Item 3 deste Edital.

13.2. Os Credenciados serão os únicos e exclusivos responsáveis pelas informações disponibilizadas e sua atualização junto à Prefeitura de Ponto Chique-MG.

13.3. O Credenciamento terá vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis conforme art. 107 da Lei 14.133/21.

13.4. A Prefeitura de Ponto Chique-MG., poderá alterar, revogar ou anular o presente credenciamento, na forma da lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.

13.5. As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

13.6. Os dados pessoais dos representantes, prepostos e colaboradores da CONTRATADA, obtidos em razão deste Contrato, poderão ser divulgados pela CONTRATANTE com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.

13.7. A CONTRATADA está obrigada a guardar sigilo por si, por seus colaboradores ou prepostos, nos termos da LGPD, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento ou ter acesso em razão deste Contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências de eventual tratamento indevido ou uso em desconformidade com o objeto deste Contrato.

13.8. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais, conforme disposições da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, cujos princípios deverão ser aplicados ao tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis.

13.9. A CONTRATANTE se certificará de que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a obrigações legais de confidencialidade.

13.10. É vedado à CONTRATADA o tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.11. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais tratados, causados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

13.12. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE qualquer incidente de acessos

não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que a CONTRATANTE adote, se for o caso, as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

13.13. Extinto o presente instrumento ou alcançado o objeto que encerre o tratamento de dados pessoais, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art.16 da LGPD.

13.14. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Licitação, na forma da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

14. ANEXOS DO EDITAL

14.1 São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os interessados:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO ANEXO IV- TERMO DE CREDENCIAMENTO

Ponto Chique – MG, 03 de junho de 2026.

Barbara Pinheiro Queiroz
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.500/0001-47

Praça Sant'ana, N°242, Centro, Ponto Chique-MG

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS, BANDAS, GRUPOS MUSICAIS, DJs E LOCUTOR PARA APRESENTAÇÕES DURANTE OS FESTEJOS TRADICIONAIS E EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA DE PONTO CHIQUE-MG, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

item	Qtde	Unidade	Descrição do Produto	Valor unitario	Valor total
1	10	serviço	Banda local de pequeno porte, incluso instrumentos musicais para apresentações, com repertório nos ritmos FORRO, com mínimo de 03 (três) integrantes e tempo mínimo de apresentação de 02 horas.	R\$ 3.300,00	R\$ 33.000,00
2	6	serviço	Banda regional de médio porte, incluso instrumentos musicais para apresentações, com repertório no ritmo ARROCHA, com mínimo de 05 (cinco) integrantes e tempo mínimo de apresentação de 02 horas	R\$ 7.766,66	R\$ 46.600,00
3	3	serviço	Banda regional de medio porte, incluso instrumentos musicais para apresentações, com repertório no ritmo de AXÉ com mínimo de 05 integrantes e tempo mínimo de apresentação de 02 horas:	R\$ 11.500,00	R\$ 34.500,00
4	3	serviço	Banda regional de medio porte, incluso instrumentos musicais para apresentações, com repertório no ritmo de MBP com mínimo de 05 integrantes e tempo mínimo de apresentação de 02 horas:	R\$ 5.666,66	R\$ 17.000,00
5	3	serviço	Banda regional de medio porte, incluso instrumentos musicais para apresentações, com repertório no ritmo de PAGODE com mínimo de 05 integrantes e tempo mínimo de apresentação de 02 horas:	R\$ 6.500,00	R\$ 19.500,00
6	3	serviço	Banda regional de medio porte, incluso instrumentos musicais para apresentações, com repertório no ritmo de POP ROCK com mínimo de 05 (cinco) integrantes e tempo mínimo de apresentação de 02 horas: ; ;	R\$ 5.833,33	R\$ 17.500,00
7	3	serviço	Banda regional de medio porte, incluso instrumentos musicais para apresentações, com repertório no ritmo de SERTANEJO com mínimo de 05 (cinco) integrantes e tempo mínimo de apresentação de 02 horas: ; ;	R\$ 7.333,33	R\$ 22.000,00
8	6	serviço	Banda regional de médio porte, incluso instrumentos musicais para apresentações, com repertório no ritmo FORRÓ, com mínimo de 05 (cinco) integrantes e tempo mínimo de apresentação de 02 horas	R\$ 9.075,00	R\$ 54.450,00
9	3	serviço	Banda regional de médio porte, incluso instrumentos musicais para apresentações, com repertório no ritmo GOSPEL, com mínimo de 05 (cinco) integrantes e tempo mínimo de apresentação de 02 horas. ; ;	R\$ 7.000,00	R\$ 21.000,00
10	15	serviço	Banda Regional de pequeno porte, incluso instrumentos musicais para apresentações, com repertório nos ritmos ARROCHA, com mínimo de 03 (três) integrantes e tempo mínimo de apresentação de 02 horas. ; ;	R\$ 4.766,66	R\$ 71.500,00
11	5	serviço	Banda Regional de pequeno porte, incluso instrumentos musicais para apresentações, com repertório nos ritmos AXÉ, com mínimo de 03 (três) integrantes e tempo mínimo de apresentação de 02 horas. ; ;	R\$ 5.166,66	R\$ 25.833,33
12	15	serviço	Banda Regional de pequeno porte, incluso instrumentos musicais para apresentações, com repertório nos ritmos FORRÓ, com mínimo de 03 (três) integrantes e tempo mínimo de apresentação de 02 horas. ; ;	R\$ 4.766,66	R\$ 71.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.500/0001-47

Praça Sant'ana, N°242, Centro, Ponto Chique-MG

13	3	serviço	Banda Regional de pequeno porte, incluso instrumentos musicais para apresentações, com repertório nos ritmos MPB, com mínimo de 03 (três) integrantes e tempo mínimo de apresentação de 02 horas. ; ;	R\$ 4.433,33	R\$ 13.300,00
14	15	serviço	Banda Regional de pequeno porte, incluso instrumentos musicais para apresentações, com repertório nos ritmos PAGODE, com mínimo de 03 (três) integrantes e tempo mínimo de apresentação de 02 horas. ; ;	R\$ 4.666,66	R\$ 70.000,00
15	3	serviço	Banda Regional de pequeno porte, incluso instrumentos musicais para apresentações, com repertório nos ritmos POP ROCK, com mínimo de 03 (três) integrantes e tempo mínimo de apresentação de 02 horas. ; ;	R\$ 4.266,66	R\$ 12.800,00
16	15	serviço	Banda Regional de pequeno porte, incluso instrumentos musicais para apresentações, com repertório nos ritmos SERTANEJO, com mínimo de 03 (três) integrantes e tempo mínimo de apresentação de 02 horas	R\$ 5.575,00	R\$ 83.625,00
17	15	serviço	Cantor solo local, incluso instrumentos musicais para apresentações, abrangendo o gênero FORRÓ, com tempo mínimo de apresentação de 02 horas. ; ;	R\$ 2.450,00	R\$ 36.750,00
18	15	serviço	Cantor solo local, incluso instrumentos musicais para apresentações, abrangendo o gênero SERTANEJO, com tempo mínimo de apresentação de 02 horas. ; ;	R\$ 2.575,00	R\$ 38.625,00
19	10	serviço	Cantor solo regional, incluso instrumentos musicais para apresentações, abrangendo o gênero FORRÓ, com tempo mínimo de apresentação de 02 horas. ; ;	R\$ 2.975,00	R\$ 29.750,00
20	10	serviço	Cantor solo regional incluso instrumentos musicais para apresentações, abrangendo o gênero SERTANEJO, com tempo mínimo de apresentação de 02 horas. ; ;	R\$ 3.100,00	R\$ 31.000,00
21	2	serviço	<p>Contratação de banda composta por músicos, cantores, atores e personagens caracterizados, destinada à realização de apresentação musical, teatral e recreativa voltada ao público infantil e familiar, dentro da programação do Auto de Natal promovido pelo município. ; A apresentação deverá ter temática natalina, proporcionando entretenimento, cultura e interação com o público, especialmente com as crianças, por meio de música, teatro e atividades lúdicas.</p> <p>A apresentação deverá incluir: personagem Papai Noel caracterizado, com traje tradicional natalino completo e barba real, garantindo maior realismo e encantamento para o público infantil; encenação teatral temática de Natal, com roteiro voltado ao espírito natalino, podendo abordar valores como solidariedade, amizade, união e generosidade; participação de personagens natalinos caracterizados, como ajudantes do Papai Noel, duendes ou outros personagens temáticos; execução de músicas natalinas e infantis, incluindo canções tradicionais de Natal e repertório apropriado para crianças; interação com o público infantil, com brincadeiras, danças, atividades recreativas e participação das crianças durante o espetáculo; coreografias e atividades lúdicas, estimulando a participação do público presente.</p> <p>A equipe deverá possuir no mínimo 05 (cinco) integrantes, entre músicos, cantores, atores e personagens caracterizados.</p> <p>A contratação deverá incluir: instrumentos musicais necessários para a apresentação; figurinos, fantasias e caracterização completa dos personagens; caracterização profissional do Papai Noel, com barba natural ou realista de alta qualidade; estrutura básica para apresentação musical e teatral, quando aplicável.</p> <p>O tempo mínimo de apresentação será de 02 (duas) horas,</p>	R\$ 13.450,00	R\$ 26.900,00

			podendo ocorrer de forma contínua ou dividido em sessões, conforme a programação do evento		
22	4	serviço	<p>Contratação de banda composta por músicos, cantores e personagens caracterizados, destinada à realização de apresentações musicais e recreativas voltadas ao público infantil, com repertório apropriado para crianças. ; A apresentação deverá incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • personagens animados caracterizados (fantasias temáticas ou personagens infantis conhecidos); • interação com o público infantil, incluindo brincadeiras, danças e atividades recreativas; • execução de músicas infantis populares, cantigas de roda e sucessos do universo infantil; <p>coreografias e atividades lúdicas que estimulem a participação das crianças. A banda deverá possuir no mínimo 05 (cinco) integrantes, entre músicos, cantores e personagens animados. A contratação deverá incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • instrumentos musicais necessários para a apresentação; • figurinos e fantasias dos personagens; • estrutura básica de apresentação musical quando aplicável. <p>O tempo mínimo de apresentação será de 02 (duas) horas, podendo ocorrer de forma contínua ou dividida em sessões, conforme programação do evento</p>	R\$ 9.300,00	R\$ 37.200,00
23	10	serviço	Contratação de locutor profissional para apresentação de eventos ; ;	R\$ 1.175,00	R\$ 11.750,00
24	10	serviço	Contratação de locutor profissional para condução de shows ;	R\$ 1.500,00	R\$ 15.000,00
25	10	serviço	DJ para criação de bases rítmicas e execução musical, incluindo aparelhagem necessária para apresentação musical. Abrangendo todos os gêneros musicais, com tempo mínimo de apresentação de 02 horas. ; ;	R\$ 2.825,00	R\$ 28.250,00
26	3	serviço	Dupla regional, incluso instrumentos musicais para apresentações, abrangendo o gênero FORRO, com tempo mínimo de apresentação de 02 horas. ; ;	R\$ 5.425,00	R\$ 16.275,00
27	3	serviço	Dupla regional, incluso instrumentos musicais para apresentações, abrangendo o gênero SERTANEJO, com tempo mínimo de apresentação de 02 horas. ; ;	R\$ 6.175,00	R\$ 18.525,00
VALOR TOTAL					R\$ 904.133,34

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE BANDAS MÚSICAIS POR PORTE E ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

1. Banda de Pequeno Porte (Alcance Local)

Será considerada Banda de Pequeno Porte a atração musical que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

I – Possuir 3 integrantes entre músicos, vocalistas e demais componentes artísticos;

II – Realizar suas apresentações predominantemente no município de origem e em municípios limítrofes;

III – Possuir estrutura técnica simplificada compatível com eventos de pequeno e médio porte;

IV – Comprovar, mediante folders, cartazes, flyers, banners digitais, programações oficiais, matérias jornalísticas, declarações de contratantes ou documentos equivalentes, que pelo menos 70% (setenta por cento) das apresentações realizadas nos últimos 24 meses ocorreram em âmbito local;

V – Comprovar a realização de no mínimo 05 (cinco) apresentações públicas ou privadas nos últimos 24 meses.

2. Banda de Médio Porte (Alcance Regional)

Será considerada Banda de Médio Porte a atração musical que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

I – Possuir 5 integrantes entre músicos, vocalistas e equipe artística;

II – Realizar apresentações frequentes em diversos municípios de uma mesma Microrregião;

III – Possuir estrutura técnica intermediária de sonorização, iluminação e logística;

IV – Comprovar, mediante folders, cartazes, flyers, banners digitais, programações oficiais, matérias jornalísticas, declarações de contratantes ou documentos equivalentes, que pelo menos 70% (setenta por cento) das apresentações realizadas nos últimos 24 meses ocorreram em mais de 03 (três) municípios distintos da região;

V – Comprovar a realização de no mínimo 12 (doze) apresentações públicas ou privadas nos últimos 24 meses;

VI – Demonstrar circulação artística regional por meio da participação em festas tradicionais, festivais, eventos culturais, agropecuários, religiosos ou turísticos promovidos por entidades públicas ou privadas.

3. Critérios de Comprovação

Para fins de enquadramento, serão aceitos os seguintes documentos:

- a) folders, flyers e cartazes de divulgação;
- b) artes digitais publicadas em redes sociais oficiais;
- c) programas oficiais de eventos;
- d) contratos de apresentação;
- e) notas fiscais emitidas em decorrência das apresentações;
- f) declarações emitidas por órgãos públicos ou promotores de eventos;
- g) reportagens ou publicações em meios de comunicação.

4. Critério de Predominância

A classificação observará principalmente a área geográfica onde a banda efetivamente realizou suas apresentações nos últimos 24 meses, comprovadas documentalmente.

A simples existência de perfis em redes sociais ou plataformas digitais não constitui, por si só, elemento suficiente para caracterizar alcance regional, devendo ser demonstrada a efetiva circulação artística por meio dos documentos previstos neste regulamento.

1.1.1. ÂMBITO LOCAL – limites geográficos do Município onde será executado o objeto da contratação; Artista ou banda é conhecido e atua principalmente dentro da cidade. Tem atuação mais comunitária/local, normalmente com agenda fixa na região.

1.1.2. ÂMBITO REGIONAL - âmbito Regional: Microrregiões de Montes Claros/MG e Pirapora/MG (definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) <https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas-10-2-04-listameso-micro.pdf>).

1.2. Demais classificações:

1.2.1. Artista Solo – Apenas uma pessoa se apresentando.

1.2.2. Dupla – Dois integrantes;

1.2.3. DJ – Um Controlador;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 01.612.500/0001-47
Praça Sant'ana, N°242, Centro, Ponto Chique-MG

1.2.4. Locutor - Artista com reconhecimento local

1.3. A demanda visa atender as demandas de eventos e festas tradicional que compõem o calendário de eventos de Ponto Chique-MG., visto que a demanda pode vir a ser alterada conforme necessidade de eventos decorrente de novos ou exclusão de outros:

Mês	Evento	Data Prevista	Local
Abril 2026	Feira Livre	04 de abril	Praça Santana
	Cavalgada	11 de abril	Praça Santana
	Torneio de futebol rural	25 de abril	Bom Jardim
Maio 2026	Micareta	01 de maio	Praça Santana
	Feira Livre	09 de maio	Praça Santana
	Cinema na Praca	16 de maio	Praça Santana
Junho 2026	Feira livre	06 de junho	Praça Santana
	Caminhada Ecologica	07 de junho	Praça Santana
	Festa Junina Municipal	27 de junho	Escolas
	Torneio de futsal	27 de junho	Russao
Julho 2026	Feira livre	04 de julho	Praça Santana
	Arraiá do Bom Jardim	12 de julho	Praça do Bom Jardim
	Arraiá dos funcionários	18 de julho	Ginasio Poliesportivo
	Jogos de integração	24 de julho	Ginasio Poliesportivo
Agosto 2026	Feira livre	01 de agosto	Praça Santana
	Festa do Estudante	11 de agosto	Escolas
	Calvagada	18 de agosto	Pe da Serra
	Festival de Cultura Popular	22 de agosto	Praça Santana
	Torneio de futebol de campo	20 a 24 de agosto	Estadio Municipal
Setembro 2026	Feira livre	6 de setembro	Praça Santana
	Desfile Cívico	7 de setembro	Praça Santana
	Vaquejada	22 de setembro	Parque de Vaquejada
Outubro 2026	Feira livre	4 de outubro	Praça Santana
	Festa das Crianças	10 de outubro	Escolas
	Cinema na Praca	12 de outubro	Praça Santana
	Festa do Servidor	28 de outubro	Ginasio Poliesportivo
Novembro 2026	Feira livre	7 de novembro	Praça Santana
	Sarau Musical	15 de novembro	Praça Santana
	Festa da Consciencia Negra	20 de novembro	Escolas
Dezembro/2026	Feira livre	05 de dezembro	Praça Santana
	Festa da Família	12 de dezembro	Escolas
	Aniversário da Cidade	21 de dezembro	Praça Santana
	Auto de Natal	25 de dezembro	Praça Santana
	Reveillon	31 de dezembro	Praça Santana
Janeiro /2027	Feira livre	02 de janeiro	Praça Santana



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 01.612.500/0001-47
Praça Sant'ana, N°242, Centro, Ponto Chique-MG

	Festa de Reis	06 de janeiro	Parque de Vaquejada
	Torneio de futsal	23 a 26 de janeiro	Ginasio Poliesportivo
Fevereiro/2027	Feira livre	06 de fevereiro	Praça Santana
	Carnaval	08/09 de fevereiro	Praça Santana
	Cavalgada Bom Jardim	20 de fevereiro	Bom Jardim
Marco/2027	Feira livre	06 de marco	Praça Santana
	Torneio futebol	20 de marco	Russao

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação de artistas, bandas e grupos musicais por meio de credenciamento justifica-se pela necessidade de garantir maior eficiência, transparência e diversidade nas ações culturais promovidas por este órgão. O credenciamento permite a formação de um banco de artistas, grupos culturais e profissionais da área, previamente habilitados conforme critérios técnicos e documentais, possibilitando a seleção de forma objetiva, imparcial e dentro dos princípios da administração pública.

3. DO VALOR

3.1. Através da Comissão de Contratação, nomeada através da portaria 070/2026, deliberaram sobre os valores da contratação de bandas, referente ao processo de credenciamento 001/2026.

3.2. Os valores acima poderão mediante acordo entre as partes ser reduzido, jamais acrescido, observando que a Constituição da República, inovadoramente, explicitou a necessária subordinação da administração pública aos denominados princípios fundamentais, especialmente o da economicidade previsto no art. 70 da CRFB/88.

4. DA QUANTIDADE

4.1. O número de apresentações será ajustado conforme o calendário municipal, levando em conta as demandas específicas de cada festividade e sua importância cultural, social e turística para o município.

5. DA EXECUCAO DOS SERVIÇOS

5.1 A execução dos serviços artísticos será conduzida com base nas solicitações formais feitas pela Prefeitura Municipal de Ponto Chique-MG ou pelo setor responsável pela organização dos eventos culturais.

5.2 Nos valores acima especificados estão inclusos: hospedagem, alimentação, transporte de todos os serviços contratados.

5.3 É de responsabilidade dos artistas/ bandas façam seus shows nos locais e horários já estabelecidos, sendo intolerável atrasos, má qualidade e demais inconvenientes oriundos de repertórios que não podem ser executados, sendo também respeitados os repertórios de cada banda, ou seja, não permitir que sejam “copiados” repertórios entre as mesmas.

5.4 Os artistas/ bandas serão comunicados previamente do local e área onde acontecerão os eventos.

5.5 Os artistas/ bandas deverão tocar apenas ritmos que combinem com o público (sertanejos, Forró, MPB, ritmos de samba, Sambas tradicionais, POP, sucessos antigos da música sertaneja, Samba de Roda, sucessos sertanejos, Forró, rock nacional e axé), sendo vedada à produção de músicas que incitem à violência.

5.6 As bandas/artistas e atrações serão responsáveis por guardar seus instrumentos musicais, equipamentos de palco, bem como segurança de seus integrantes, carregadores dos equipamentos para

montagem e desmontagem se houver necessidade, além de seu próprio transporte para o evento e eventuais hospedagens para tal.

5.7 A definição dos dados necessários para a contratação, como data, horário, tipo de apresentação e infraestrutura necessária, será realizada pela Prefeitura ou pelo setor responsável, de acordo com as especificidades de cada evento.

5.8 Cada contratação será individualizada, considerando os requisitos técnicos e logísticos previamente estabelecidos, garantindo que os artistas contratados atendam às necessidades do evento e às expectativas da administração pública.

5.9 A execução do serviço será realizada conforme as condições acordadas na solicitação, com o cumprimento rigoroso do cronograma e da infraestrutura definida pela Prefeitura e/ou setor responsável.

5.10 A prestação do serviço deverá ser realizada, após a emissão da Ordem de serviços.

5.11 Realizar show no local, data e horário especificado na ordem de serviços, respeitadas as condições descritas no anexo I deste edital;

5.11.1 Realizar os shows com duração mínima de 60 (sessenta) minutos e no máximo 180(cento e oitenta) minutos de duração.

5.12 O horário de início dos serviços poderá sofrer alterações de até 02h00min, após esse prazo o - tempo de duração do show poderá sofrer alterações, desde que combinado entre as artes.

5.13 Nos casos em que as condições operacionais do evento não permitam que os ARTISTAS da CONTRATADA, inicie a apresentação artística no prazo designado no item anterior, fica a critério da CONTRATADA, por meio de seu representante no local, e dos ARTISTAS, a decisão sobre o eventual cancelamento da apresentação, ou sobre o eventual aguardo por prazo superior, até que as condições operacionais permitam o início do show. Em caso do eventual cancelamento do mesmo, pelos motivos constantes do presente parágrafo, não caberá ao CONTRATANTE o reembolso de quaisquer quantias que tenham sido pagas antecipadamente pelo mesmo.

5.14 Manter-se durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

5.15 O Município se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento.

5.16 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

5.17 Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

5.18 Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, nem subcontratar qualquer dos serviços.

5.19 Os credenciados autorizam, com o ato da inscrição, a divulgação de sua imagem e trabalhos na mídia, bem como em materiais de divulgação a serem produzidos, tais como folders, folhetos, cartazes.

5.20 Os credenciados autorizam, com o ato de inscrição, o registro gratuito, por meio de sistemas de vídeo, áudio e/ou fotografia, de sua participação na programação do Município de Ponto Chique/MG., para fins de divulgação de seus eventos.

5.21 O Município de Ponto Chique/MG., não se responsabiliza pela não inserção de matérias referentes aos artistas/grupos na mídia escrita, falada televisiva e radiofônica.

5.22 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

6. DAS APRESENTAÇÕES

6.1. As apresentações deverão ter no mínimo 60 (sessenta) minutos e no máximo 180(cento e oitenta)

minutos de duração.

6.2. A atração musical selecionada apresentar-se-á nas estruturas de palco fornecidas pelo Município não havendo por parte desta, a obrigação de atender pedido do artista relacionado a equipamentos.

6.3. Os artistas e/ou grupos selecionados realizarão as apresentações nos dias, horários e locais designados pelo Município.

6.4. Compete ao proponente selecionado a execução da proposta em conformidade com a legislação vigente, ficando o Município de Ponto Chique-MG., isenta de qualquer responsabilidade de caráter trabalhista, fiscal, civil, criminal ou administrativo decorrente da realização do espetáculo.

6.5. O credenciado selecionado estará sujeito às penalidades legais pela inexecução total ou parcial da apresentação musical ou, ainda, pela execução em desacordo com as regras estabelecidas neste edital.

6.6. É expressamente vedada ao credenciado a subcontratação no todo ou em parte do objeto do presente certame.

7. DO MATERIAL DE DIVULGAÇÃO

7.1. Os credenciados autorizam, com o ato da inscrição, a divulgação de sua imagem e trabalhos na mídia, bem como em materiais de divulgação a serem produzidos, tais como folders, folhetos, cartazes.

7.2. Os credenciados autorizam, com o ato de inscrição, o registro gratuito, por meio de sistemas de vídeo, áudio e/ou fotografia, de sua participação na programação do Município de Ponto Chique para fins de divulgação de seus eventos.

7.3. O Município de Ponto Chique-MG., não se responsabiliza pela não inserção de matérias referentes aos artistas/grupos na mídia escrita, falada televisiva e radiofônica.

8. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

8.1. Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente os arts. 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, todos da mencionada Lei.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: [...];

IV- Objetos que devem ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei: I - Credenciamento; [...];

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

[...];

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

9. DA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

9.1. A solicitação de credenciamento deverá ser preenchida através de anexo pré-estabelecido para aceite dos preços formulados pela Prefeitura Municipal de Ponto Chique-MG, sendo fixados por tempo indeterminado.

9.2. O valor fixado para a remuneração do item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores.

9.3. A vigência do contrato oriundo desse credenciamento será de 12 meses, contados de sua assinatura,

podendo ser prorrogado no interesse das partes até o máximo permitido em Lei, especificamente com base na Lei n°. 14.133/2021.

9.4. O credenciado, caso o contrato venha a ser prorrogado, ficará sujeito a comprovação das mesmas condições habilitatórias do início do contrato.

10. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização da entrega do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no [art. 7º da Lei Federal 14.133/2021](#), e ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

10.2. O profissional designado tem a incumbência de:

- a) Conferir qualitativa e quantitativamente os serviços, recusando-os caso não estejam de acordo com as especificações técnicas desse Termo de Referência;
- b) Proceder de forma criteriosa a sua conferência e recebimento;
- c) Fornecer ao prestador qualquer tipo de esclarecimento quanto à característica, quantidade ou qualidade dos serviços contratados;
- d) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- e) Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

10.3. O prestador ficará sujeito a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração.

10.4. A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade do prestador para outras pessoas e/ou entidades.

10.5. A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da Prefeitura de Ponto Chique-MG.

10.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

10.7. Todas as ordens de serviços, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e o Credenciado serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais;

10.8. Das decisões da fiscalização poderá o Credenciado recorrer à Contratante, no prazo de cinco dias úteis, sem efeito suspensivo.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR

11.1 Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da Contratante;

11.2 Executar os serviços conforme as especificações constantes desse Termo de Referência, cumprindo o prazo estabelecido;

11.3 Executar os serviços no prazo e local estabelecidos nesse Termo de Referência, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao uso, garantia ou validade;

11.4 Responsabilizar-se pela qualidade e durabilidade do resultado dos serviços executados;

- 11.5 Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria solicitante, em qualquer tempo, e mantê-lo permanentemente informado a respeito do andamento dos mesmos;
- 11.6 Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura de Ponto Chique-MG, referentes às condições firmadas neste Termo de Referência;
- 11.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17a 27, do Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 11.8 Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- 11.9 Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Prefeitura de Ponto Chique-MG e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- 11.10 Comunicar à Prefeitura de Ponto Chique-MG, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da Prefeitura de Ponto Chique-MG;
- 11.12 Prestar esclarecimentos da Prefeitura de Ponto Chique-MG sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
- 11.13 Emitir Nota Fiscal/Fatura discriminada, legível e sem rasuras;
- 11.14 Emitir e apresentar certidão negativa/positiva com efeito de negativa de débitos da Receita Federal, Receita Estadual (Sefaz/PGE do Estado do prestador), Receita Municipal (emitida no município do prestador), Trabalhista e Certificado de Regularidade perante o FGTS;
- 11.15 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Ponto Chique-MG, cujas reclamações se obriga a atender;
- 11.16 Qualquer dano causado ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Ponto Chique-MG., na execução dos serviços serão ressarcidos pelo prestador, salvo justificativa comprovada, que deverá responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos diretos e indiretos, inclusive despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do Termo de Referência e da Nota de Empenho.
- 11.17 As ferramentas necessárias para prestação dos serviços serão de responsabilidade do Credenciado, devendo o mesmo manter suas ferramentas bem como EPIs exigidos na legislação para o tipo de serviço prestado.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- 12.2. Informar ao prestador sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a execução dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;
- 12.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo prestador, relacionados com o objeto pactuado;
- 12.4. Comunicar por escrito, ao prestador, quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a reexecução do serviço defeituoso ou incompleto e que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência;
- 12.5. Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Contratante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados neste Termo de Referência;

12.6. A Prefeitura Municipal de Ponto Chique-MG., deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o prestador tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na [Lei Federal 14.133/2021](#), no Item 10 deste Termo de Referência e demais cominações legais;

12.7. Comunicar, por escrito, ao prestador o não-recebimento dos serviços, apontando as razões, quando for o caso, das suas não-adequações aos termos contratuais;

12.8. Proporcionar as condições para que o prestador possa cumprir as obrigações pactuadas.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsificada durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A sanção prevista na letra “a” do item 10.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 10.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.5. A sanção prevista na letra “b” do item 10.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 deste Termo de Referência, nos seguintes termos:

- a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

13.6. A sanção prevista na letra “c” do item 10.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.7. A sanção prevista na “d” do item (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 10.1 deste Termo de Referência, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 deste Termo de Referência que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.8. A sanção estabelecida na letra “d” do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste Termo de Referência será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

13.9. As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 10.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 10.2 (multa) deste Termo de Referência.

13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.11. A aplicação das sanções previstas no item 10.2 deste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.12. Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 10.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.13. A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 10.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.15. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.16. As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela

Administração Municipal.

13.17. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta da Prefeitura de Ponto Chique-MG.

13.18. Na aplicação das penalidades previstas, serão observadas as normas processuais administrativas previstas pelo Decreto Municipal nº 007/2024 .

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Ponto Chique-MG., até o 10º dia útil, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo profissional designado, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

14.2. O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

14.3. Caso o prestador seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

14.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao prestador, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura de Ponto Chique-MG.

14.5. Previamente à data do pagamento, o Departamento de Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do prestador.

14.6. Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à dos serviços são de responsabilidade do prestador, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

14.7. Havendo atraso no pagamento de suas obrigações a Prefeitura de Ponto Chique-MG, procederá à atualização financeira diária de seus débitos, por meio da média de índices de preços de abrangência nacional, INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, tendo como base o dia limite para pagamento e como data final o dia anterior ao da emissão da ordem bancária, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

14.8. Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$R = V \times I$$

Onde:

R = valor da correção procurada; V = valor inicial do contrato;

I = média aritmética simples do INPC (IBGE) dos últimos 12 (doze) meses.

14.9. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida ao prestador.

14.10. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao prestador, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura de Ponto Chique-MG.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes desta aquisição estão programadas em dotação orçamentária própria,

prevista no orçamento da Prefeitura Municipal de Ponto Chique-MG, para o exercício de 2026, e serão indicadas no momento em que as adjudicações forem realizadas:

04.01.02.13.392.0020.2031 33903900 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica – Ficha 143

04.02.01.13.392.0020.2033 33903900 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica – Ficha 156

04.03.01.23.695.0021.2034 33903900 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica – Ficha 161

16. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

16.1 Os serviços serão pagos conforme relatórios dos serviços prestados e atestados pelos servidores designados pelo setor responsável.

17. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

17.1.1 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis junto a Junta Comercial da respectiva sede, para o caso de empresário individual;

17.1.2 Para licitante microempreendedor individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

17.1.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, para os casos de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI;

17.1.4 Caso o licitante seja sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

17.1.5 Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede do licitante, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, para o caso de sociedade simples;

17.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

17.1.7 Será aceita apenas a última alteração desde que consolidada;

17.1.8 As Cópias deverão ser acompanhadas dos originais para autenticação.

17.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

17.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ);

17.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

17.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, na forma da Lei;

17.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma da Lei;

17.2.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

17.2.6. Prova de regularidade de débitos trabalhistas emitida pela Justiça do Trabalho (CNDT).

17.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA.

17.3.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**PONTO
CHIQUE**
NOSSA HISTÓRIA. NOSSO FUTURO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.500/0001-47

Praça Sant'ana, N°242, Centro, Ponto Chique-MG

17.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.4.1 PORTFÓLIO DA ATRAÇÃO (release, clipping, website, blog, fotos, material de imprensa, folder, filipetas de eventos e espetáculos do grupo musical/artista já realizados) para verificação da consistência/pertinência da proposta artística e do grau de inserção no cenário musical, com no máximo 06 (seis) páginas.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 A Nota de Empenho da Despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Ponto Chique – MG, 03 de junho de 2026.

BARBARA PINHEIRO QUEIROZ

Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo





PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 01.612.500/0001-47
Praça Sant'ana, N°242, Centro, Ponto Chique-MG

ANEXO II – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES

CRENCIAMENTO Nº 001/2026 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 041/2026 INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 007/2026

Ao Departamento de Licitações da Prefeitura de Ponto Chique-MG:

DADOS CADASTRAIS			
Nome empresarial:			
Endereço:		Cidade:	UF:
Telefone:	Celular:	E-mail:	
Banco:	Agência:	Conta Corrente:	
CNPJ:	Inscrição Estadual (se houver):		

em	de	nidade	escrição Material	r. Unit.	r. Total

A (Empresa), conforme dados cadastrais acima, vem, por meio da presente, solicitar seu **CRENCIAMENTO** para CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS, BANDAS, GRUPOS MUSICAIS, DJs E LOCUTOR PARA APRESENTAÇÕES DURANTE OS FESTEJOS TRADICIONAIS E EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA DE PONTO CHIQUE-MG.

DECLARA, para os devidos fins:

1) QUE não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º,XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, VI, da Lei Federal 14.133/2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 01.612.500/0001-47
Praça Sant'ana, N°242, Centro, Ponto Chique-MG

- 2) QUE não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresapública ou sociedade de economia mista;
- 3) QUE até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação/credenciamento, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4) QUE recebeu todos os documentos e informações, sendo orientado acerca de todas as regras,direitos e obrigações previstas no Edital de Credenciamento n° XXX/202X, acatando-as em sua totalidade;
- 5) QUE tem conhecimento dos serviços para os quais solicita credenciamento e que os realizará de forma satisfatória;
- 6) QUE tem conhecimento das formas de seleção e convocação para a prestação dos serviços,bem como dasformas e condições de pagamento;
- 7) QUE concorda e aceita em prestar os serviços para os quais se credencia pelos preçosestipulados na Tabelade Valores prevista no Anexo I – Termo de Referência;
- 8) QUE dispõe ou disporá, quando da convocação, local e de EPIs - Equipamento de Proteção Individual, demais equipamentos e materiais apropriados para a execução dos serviços e que os manterá emcondições adequadas de uso, respeitando as normas e regulamentos aplicáveis aos serviços.

Local e data.

Nome, identificação e assinatura do interessado



ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CRENCIAMENTO N°001/2026 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 041/2026 INEXIGIBILIDADE POR CRENCIAMENTO N° 007/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°

o MUNICÍPIO DE PONTO CHIQUE/MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, cadastrado no inscrito no CNPJ sob o n° 01.612.500/0001-47, com sede administrativa na Praça Santana, n. 242 – Centro – cidade de Ponto Chique/MG, neste ato aqui representado pelo prefeito municipal senhor Geraldo Magela Flávio Rabelo, do outro lado,, CNPJ..... L egalmente representada por CPF sob n° , portador da C.I N° residente na Rua , n° __, Bairro:, na cidade de / **CRENCIANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n°, sediado(a) na, em doravante designado **CRENCIADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo n° XXXX/202X e em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação Chamamento Público/Credenciamento n° XXXX/202X, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.2. Contratação de artistas, bandas, grupos musicais, djs e locutor para apresentações durante os festejos tradicionais e eventos realizados pela Prefeitura de Ponto Chique-MG.

CLÁUSULA II - DO AMPARO LEGAL.

2.1. A presente contratação está fundamentada no inciso IV do art. 74 e art. 79 da Lei Federal n° 14.133, de 2021.

2.2. A lavratura do presente instrumento decorre Edital de Inexigibilidade/Credenciamento n° 000/2026, Processo Administrativo n° 00/2026.

2.3. Fazem parte deste instrumento, como se nele estivessem transcritas, as condições estabelecidas do Edital de Inexigibilidade/Credenciamento n° 00/2026, bem como seus Anexos.

CLÁUSULA III - DO REGIME DE FORNECIMENTO

3.1. O presente contrato tem como regime de execução a empreitada por preços unitários, com pagamento mensal, nos termos do Edital de regência.

3.2. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

3.3. Os serviços deverão ser solicitados pela Secretaria solicitante com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

3.4. Após a emissão da Autorização de Fornecimento e respectivo empenho, o Credenciado terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para dar início à execução dos serviços.

4.1. Na Tabela abaixo estão previstas as descrições e valores unitários de cada serviço a ser realizado pelo

Credenciado, conforme demanda:

CLÁUSULA IV – DO VALOR DE CADA ITEM DE CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO

4.2. O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores.

4.3. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal de Ponto Chique-MG., até o 10º dia útil, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo profissional designado para esse fim, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

4.4. Os serviços serão solicitados por meio de Autorizações de Fornecimento ou instrumento equivalente.

4.5. Os pagamentos serão creditados em conta corrente, por meio de ordem bancária, em favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

4.6. É encargo do Credenciado, quando da efetiva prestação dos serviços, todas as despesas relativas taxas, tarifas, tributos e demais despesas que porventura forem necessárias à prestação dos serviços, que não sejam obrigações da Credenciante.

4.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o Credenciado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Credenciante.

4.8. O Credenciado deverá zelar pelo adimplemento de seus tributos junto aos devidos órgãos públicos, visando manter sua regularidade fiscal e trabalhista, condição sem a qual não será possível o pagamento da Nota Fiscal apresentada.

4.9. Credenciante não efetuará qualquer pagamento adicional por outras despesas.

4.10. Os serviços executados serão fiscalizados e atestados pela secretaria solicitante, por servidor designado como fiscal pela Credenciante conforme Portaria Municipal.

4.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Credenciado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela Prefeitura Municipal de Ponto Chique-MG entre o término do prazo referido no item 8.3 e a data do efetivo pagamento da Nota Fiscal, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso;

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado:

$I = i/365$ $I = 6/100/365$ $I = 0,00016438$; onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA V – DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do 105 da Lei Federal 14.133/2021.

CLAUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES

6.5. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

6.5.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

6.5.3. Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.

6.5.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados como objeto pactuado.

6.5.5. Informar, a cada Autorização de Fornecimento, as quantidades, dias, horários e demais informações necessárias à prestação dos serviços.

6.5.6. Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.

6.5.7. Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

6.5.8. Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada pagamento;

6.5.9. Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

6.5.10. A Prefeitura de Ponto Chique-MG, através da Secretaria solicitante, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Item 10 do Termo de Referência e demais cominações legais.

6.5.11. Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.5.12. Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.

6.6. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

6.6.2. Indicar, se for o caso, um preposto responsável pelo atendimento às demandas da Credenciante;

6.6.3. Executar os serviços conforme as especificações, prazos e características constantes do Termo de Referência, cumprindo prontamente as determinações que lhe forem dirigidas;

6.6.4. Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura de Ponto Chique-MG, referentes às condições firmadas neste contrato e no Termo de Referência;

6.6.5. Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria solicitante, em qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;

6.6.6. Manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições exigidas do momento do credenciamento;

6.6.7. Manter EPIs, materiais e equipamentos adequados para a prestação dos serviços;

- 6.6.8. Observar as normas e regulamentos relacionados com a prestação dos serviços;
- 6.6.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.6.10. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- 6.6.11. Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Prefeitura Municipal de Ponto Chique- MG e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- 6.6.12. Arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com manutenção e reparo de materiais e equipamentos próprios, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas na prestação dos serviços, não sendo admitida qualquer cobrança posterior em nome DA Prefeitura de Ponto Chique-MG;
- 6.6.13. Comunicar à Prefeitura Municipal de Ponto Chique-MG, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data de início da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.6.14. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objetodeste contrato, sem prévia autorização da Prefeitura Municipal de Ponto Chique-MG;
- 6.6.15. Prestar esclarecimentos da Prefeitura Municipal de Ponto Chique-MG., sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
- 6.6.16. Emitir Nota Fiscal discriminada, legível e sem rasuras;
- 6.6.17. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Ponto Chique-MG, cujas reclamações se obriga a atender;
- 6.6.18. Qualquer dano causado ao patrimônio da Prefeitura de Ponto Chique-MG., decorrente de culpa e/ou dolo do Credenciado ou de qualquer de seus empregados e prepostos, na execução dos serviços, será ressarcido pelo Credenciado, que será responsabilizado pelo ônus resultante de suas ações e omissões, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros e ligadas ao cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA VII – DAS SANÇÕES

- 7.1 O Credenciado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - dar causa à inexecução total do contrato;
 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. A sanção prevista na letra “a” do item 7.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 7.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.5. A sanção prevista na letra “b” do item 7.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 7.1 deste contrato, nos seguintes termos:

- a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.
- e) A sanção prevista na letra “c” do item 7.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao

responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 7.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

f) A sanção prevista na “d” do item 7.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 7.1 deste contrato, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 deste contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 7.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.6. A sanção estabelecida na letra “d” do item 7.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste contrato será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

7.7. As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 7.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 7.2 (multa) deste contrato.

7.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Credenciado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.9. A aplicação das sanções previstas no item 7.2 deste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.10. Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 7.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.11. A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 7.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.12. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

7.13. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

7.14. As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal, observando as normas processuais conforme

7.15. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta da Prefeitura de Ponto Chique-MG.

CLÁUSULA VIII – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1. A rescisão do presente Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução

dedisputas, desde que haja interesse da Administração;

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromissoarbitral, ou por decisão judicial.

8.2. Serão observadas, ainda, as previsões dos [arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

CLÁUSULA IX – DOS CASOS OMISSOS

9.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA X – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

10.1. O Credenciado deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na assinatura do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA XI – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos [arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

CLAUSULA XII – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1. O fornecimento do objeto deste contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado para esse fim pela autoridade competente, na condição de representante da Prefeitura de Ponto Chique-MG.

CLAUSULA XIII - DA PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#).

CLAUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Com exceção dos casos expressamente autorizados no Edital, o Credenciado somente poderá subcontratar o fornecimento do objeto com a prévia concordância da Credenciante, ficando, neste caso, solidariamente responsável perante a Credenciante pelo fornecimento feito pela Subcontratada e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

CLAUSULA XV – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

16.1 Fica eleito o Foro de Brasília de Minas-MG., para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#)

CREDECIANTE

CREDECIA DA





PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 01.612.500/0001-47
PRAÇA SANTANA, Nº242, CENTRO, PONTO CHIQUE-MG, CEP:39.328-000
SETOR DE LICITAÇÕES

ANEXO IV – MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 041/2026 INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 007/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE PONTO CHIQUE-MG, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX. PARA O CREDENCIAMENTO PARA XXX.

O Município de Ponto Chique/MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, cadastrado no CNPJ sob o nº 01.612.500/0001-47, com sede administrativa na Praça Santana, n. 242 – Centro – cidade de Ponto Chique/MG, neste ato aqui representado pelo prefeito municipal senhor Geraldo Magela Flávio Rabelo, doravante denominado de CREDENCIANTE, do outro lado, a empresa, XXXXX., inscrita no CNPJ/MF sob nº XXXXXXXX, com sede na XXXX, nº XXXX, XXXXX, na cidade de XXXXX, neste ato representada por XXXXXX, portador da carteira de identidade nº XXXXXX, CPF XXXXXXXX, aqui denominado de CREDENCIADA, RESOLVEM celebrar este Termo de Credenciamento mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para **CREDENCIAMENTO PARA XXX.**, conforme as condições estabelecidas na Edital, que passam a integrar este instrumento, independentemente da transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO

2.1. O presente Termo de Credenciamento tem como fundamento a Lei 14.133/21 e decreto e suas alterações, e ainda o CREDENCIAMENTO Nº 001/2026, PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 041/2026, INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 007/2026, e seus anexos, tudo parte integrante deste processo, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS E DO PREÇO

3.1. O presente termo será executado conforme itens, valores e dentro das quantidades credenciadas abaixo:

CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS

4.1. As despesas correrão por conta da seguinte dotação:

Ítem	Cód. orçamentário	Projeto Atividade	Fonte de Recursos
------	-------------------	-------------------	-------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 01.612.500/0001-47
PRAÇA SANTANA, N°242, CENTRO, PONTO CHIQUE-MG, CEP:39.328-000
SETOR DE LICITAÇÕES

CLÁUSULA QUINTA – FORMA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

5.1. O prazo vigência do termo de credenciamento será de 12 meses a partir da assinatura do termo de credenciamento. O presente termo de credenciamento poderá ser reincido ou prorrogado em conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 Município de Ponto Chique/MG, efetivará o pagamento a empresa Credenciada nos seguintes prazos e da seguinte forma:

- a) O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Ponto Chique-MG., até o 10º dia útil, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo servidor designado, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente, que deverá ser acompanhada:
- b) Certidões de regularidade junto à Fazenda Federal e Seguridade Social, ao FGTS, e Regularidade Trabalhista vigentes.
- c) Relatório descritivo com nome do paciente, endereço, consulta/procedimento realizado, data e local da prestação dos serviços assinado pelo prestador de serviços.

CLÁUSULA SETIMA– DA VINCULAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

7.1. Todas as normatizações quantos as obrigações das partes, prazos e local de fornecimento, condições de recebimento, gerenciamento e fiscalização, e ainda sanções que constam no Termo de Referência, são partes integrantes deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA– DO FORO

8.1. As partes elegem o foro da comarca de Brasília de Minas/MG, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

8.3. E por estarem assim juntos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Ponto Chique/MG, XX/XX/202X.

CRENCIANTE

CRENCIADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 01.612.500/0001-47

PRAÇA SANTANA, N°242, CENTRO, PONTO CHIQUE-MG, CEP:39.328-000

SETOR DE LICITAÇÕES